

GÊNERO E RAÇA: O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE AUTORIA FEMININA DE JANE AUSTEN E MARIA FIRMINA DOS REIS

Ernesto Dias e Souza*
Nícea Helena de Almeida Nogueira**

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar como as adversidades vigentes tanto na vida da escritora Jane Austen, uma das maiores romancistas da literatura inglesa do século XIX, quanto na vida de Maria Firmina dos Reis, autora brasileira precursora na publicação de um romance em solo nacional, se fazem presentes na literatura de ambas. Pretende-se observar como certos obstáculos promoveram mobilizações feministas e antirracistas em suas respectivas produções. Indagações e argumentações fundamentadas por Virginia Woolf (1929) a respeito das condições de produção literária de autoria feminina serão empregadas.

Palavras-chave: Jane Austen. Maria Firmina dos Reis. Literatura de autoria feminina.

Introdução

Este estudo visa a uma aproximação entre o contexto de produção literária da escritora brasileira Maria Firmina dos Reis no Brasil da segunda metade do século XIX e Jane Austen, uma escritora inglesa que viveu na Inglaterra da primeira metade do século XIX. O estudo tem por objetivo enfatizar como o conceito de interseccionalidade, isto é, as desigualdades, opressões e discriminações presentes em qualquer sociedade, se insere na vida de cada uma das autoras. Tal conceito acarretou movimentos antirracistas e feministas na escrita de Maria Firmina e movimentos feministas na escrita de Jane Austen.

Jane Austen, inserida em uma sociedade fortemente patriarcal, enfrentou uma série de obstáculos e empecilhos por ter sido uma mulher escritora e, por essa razão, não conseguiu sua independência financeira por meio de sua arte, uma vez que o ofício da literatura era visto como algo restrito aos homens. Além da questão do gênero feminino enquanto um impedimento, a autora teve que lidar com problematizações relativas ao aspecto social de sua vida, haja vista que Austen nasceu em uma família de classe média, o que na época se configurava como burguesia ou uma família proprietária de terras.

No Brasil do século XIX, por sua vez, Maria Firmina dos Reis, autora pioneira a publicar um romance no Brasil, também viveu situada em uma sociedade patriarcal, em que várias mudanças políticas e sociais ocorriam no país. O fato de ter sido uma mulher escritora no Brasil oitocentista causou uma série de dificuldades ao longo de sua vida juntamente a sua situação social. A escrita da autora atingiu patamares que foram muito além da vida cotidiana de sua época por ter adotado uma postura de compaixão diante das ideias de libertação dos escravos e da tentativa de alterar a visão pejorativa que se tinha das mulheres.

Entretanto, houve uma discriminação presente na vida de Maria Firmina dos Reis que não se fez existente na vida de Jane Austen, o racismo. Historicamente marginalizadas, os caminhos percorridos por mulheres negras foram indubitavelmente mais árduos por se tratar de uma categoria que abarca a luta sofrida simultaneamente por duas minorias: a mulher e a raça negra. Maria Firmina dos Reis foi filha de uma escrava alforriada, Leonor Felipa dos Reis, o que, conseqüentemente, acarretou uma série de opressões que foram vividas pela autora e que,

* Mestrando em Letras do PPG Letras: Estudos Literários, bolsista PBPG, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina no romance *Emma*, de Jane Austen. E-mail: ernestodiasesouza@gmail.com

** Professora Associada da Faculdade de Letras, da UFJF. Doutora e Mestre em Letras: Teoria da Literatura, pela UNESP São José do Rio Preto, SP. Pós-doutora em Memória e Acervos pela Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ. Pós-doutoranda em Literaturas de Língua Inglesa na UERJ. E-mail: nicea.nogueira@ufjf.br

posteriormente, fizeram-se presentes em sua arte.

No que diz respeito ao contexto de produção literária de ambas as escritoras mencionadas, as dificuldades e limitações encontradas são notórias. Tanto no Brasil quanto na Inglaterra no século XIX, a escrita feminina não era valorizada e somente assuntos triviais poderiam ser abordados pelas escritoras, haja vista que temas considerados de grande importância, tal como questões políticas, deveriam ser abordados unicamente pelos homens.

Contudo, é irrefutável o fato de que Maria Firmina dos Reis conseguiu atingir maiores conquistas em sua vida por também ter sido professora de uma escola primária e aprovada em concurso público na cidade de Guimarães. Além disso, alcançou feitos revolucionários para o Brasil do século XIX, um período marcado por adversidades, como a formação de uma sala mista entre meninos e meninas e a abordagem de temáticas de caráter delicado em suas obras, como a introdução do negro na literatura e a expressão de ideais contrários ao regime escravocrata. É evidente, na escrita da escritora maranhense, os momentos de fala que são concedidos às mulheres (brancas ou negras, escravizadas ou livres) e também às pessoas escravizadas.

No entanto, ambas as autoras faleceram em condições carentes de conforto e grandeza material. Jane Austen faleceu aos cuidados de sua irmã Cassandra e da cunhada em uma pequena casa alugada na cidade de Winchester em 18 de julho de 1817. Já Maria Firmina dos Reis faleceu em 11 de novembro de 1917, cem anos após a morte de Austen, pobre e cega na cidade de Guimarães, no Maranhão, onde havia atuado como professora e escritora.

Jane Austen: autoria feminina na Inglaterra do século XIX

Jane Austen nasceu na pacata vila de Steventon em Hampshire no ano de 1775 e foi a sétima filha oriunda de uma família de oito irmãos. Seu pai, clérigo anglicano, reitor e descendente de uma família afortunada com boas relações sociais firmadas, proveu uma biblioteca com mais de quinhentos livros e, por isso, todos os filhos a ela tinham acesso a esse acervo. Austen começou a escrever desde muito cedo e suas obras de mocidade tiveram início em 1787.

A realidade de escritoras mulheres no século XIX era completamente pautada em um ambiente doméstico, isto é, escreviam de lá e sobre lá, uma vez que não tinham empregos e, portanto, não saíam de casa. Além de todas as privações que sofriam, ainda eram cobradas a exercer, brilhantemente, os afazeres domésticos. Com isso, o processo de escrita deveria ser adaptado a essa cobrança restritiva.

George Eliot, Charlotte Brontë e Jane Austen, com seus respectivos romances considerados “tolos”, combateram discursos altamente machistas e restritivos por meio de suas narrativas e personagens, pois, no início do século XIX, as autoras talvez já possuíam o entendimento de que diversos modos de vida para as mulheres em geral já existiam e cada uma, dentro do seu contexto social, haveria de ter um.

A declaração “Uma mulher e seu livro são idênticos” de Edgar Allan Poe se aplica, diretamente, às escritoras do século XIX devido ao contexto sufocante e à pouca experiência de vida que tinham, mas que formavam seus círculos literários para ler as obras umas das outras. Jane Austen era acostumada a escrever com base na experiência sobre a vida da vila e suas características mais comuns, tais como: o ritmo normal de conversação das pessoas e repetições maçantes, notícias antigas e piadas pesadas. Precisamente, por ter tido um contexto muito restringido, sua obra fora considerada limitada e sem a mínima pretensão de abordar questões consideradas “sérias”, em outras palavras, guerras e temas políticos. As mulheres da época encararam a escrita literária como um instrumento capaz de alterar estereótipos e visões pejorativas sobre elas mediante à carência de um prestígio social.

Lyn Pykett é professora de Inglês e chefe de departamento na Universidade de Gales,

Aberystwyth. A estudiosa pesquisa os períodos culturais dos séculos XIX e XX. Pykett pontua o fato de que, por terem sido ignoradas nos domínios públicos, as mulheres encontraram na escrita um caminho para modificar a visão depreciativa que a sociedade pregava. Dessa forma, elas buscaram abordar temáticas relacionadas não somente ao gênero enquanto um entrave, mas também a conteúdos de caráter mais profundo, como a sexualidade:

Dada a falta de representação política e a ineficaz posição jurídica e social, a participação no domínio cultural - e, particularmente, a escrita - foi uma das maneiras mais significativas pelas quais as mulheres do século XIX podiam moldar e mudar a forma como entendiam seu próprio gênero e sexualidade, e como estes eram entendidos de forma geral.” (PYKETT, 2001, p. 79, tradução nossa)¹.

Em contrapartida, William Baker (2008), apresenta uma outra visão a respeito da autora e introduz o conceito de um “cinismo feminino”, no qual categoriza de uma forma positiva e eleva a inteligência de Austen, destacando a circunstância pela qual a escritora foi capaz de se distanciar do público, divertir-se com os piores defeitos de sua sociedade e, por fim, transformar as imperfeições das pessoas em enredos para a sua arte.

Contudo, a começar por *Razão e sensibilidade* até o romance *Emma*, as obras da autora foram publicadas de forma anônima, já que, até o século XVIII, a escrita literária era vista como um ofício majoritariamente masculino, pois a intelectualidade era encarada como algo que desviaria as mulheres de seus caminhos naturais, isto é, do casamento. Muito se discutia a respeito de ter um trabalho fora do ambiente doméstico e se as mulheres seriam capazes de, simultaneamente, executar ambas as tarefas com maestria.

Muitas escritoras que hoje conquistaram seu espaço literário, com a expansão da indústria da Literatura no século XIX, tiveram que batalhar por reconhecimento dentro de um sistema que era completamente traçado e desempenhado por homens. No que se refere à Jane Austen, a escritora teve um processo de publicação ainda mais acanhado, pois dependeu de seu pai e irmão para resolver todas as questões burocráticas e, diferentemente de outras autoras precursoras, Austen se manteve formal e comercial no que diz respeito às suas relações com editores, que, naquela época, eram somente homens. Relações essas que variavam entre sentimentos de raiva, decepção e, muitas vezes, momentos de assédio devido ao seguinte contexto: jovens mulheres escritoras que queriam ser levadas a sério, incertas de quais atitudes deveriam ser tomadas em um ambiente de negócios e inseguras no quesito de como conduzir o lado pessoal nas relações com os editores.

As próprias reproduções de escritoras sobre mulheres em geral eram traçadas por meio de julgamentos inconstantes, incoerentes e desproporcionais acerca da visão do gênero feminino e da sexualidade feminina que se alastravam nos campos da lei, da análise social e da medicina, uma vez que todas essas esferas eram geridas por homens.

Tendo em vista que uma representação cultural não tem por objetivo unicamente o de retratar uma identidade, mas também o de exercer, de uma certa forma, poder e uniformização diante de uma comunidade, Pykett aponta que a escrita feminina foi monitorada e modelada por instituições de publicação gerenciadas por homens e por uma pregação recorrente a respeito do gênero que foi absorvida pelas próprias escritoras e revisoras:

As representações de escritoras mulheres sobre mulheres, o feminino e a sexualidade feminina também foram moldadas pelo instável, contraditório e conceituações "desiguais" a respeito do gênero feminino e sexualidade feminina que proliferaram

¹ No original “Given their lack of political representation, and their inequitable legal and social position, participation in the cultural domain – and particularly writing – was one of the most significant ways in which nineteenth-century women could shape and change how they understood their own gender and sexuality, and how these were understood more generally”.

nos domínios da lei, análises sociais, medicina, ciência e o campo emergente da psicanálise, todos estes controlados por homens, em todos os quais a mulher foi construída como uma 'criatura relativa', que foi definida por meio de relações biológicas, afetivas e jurídicas com os outros.” (PYKETT, 2001, p. 79, tradução nossa)².

Afirmações absurdas eram comuns nessa época, quando havia o entendimento de que, à custa do desenvolvimento da psicanálise enquanto um campo de estudos que depreendia as mulheres como indivíduos peculiares que eram sempre definidos por meio de suas relações biológicas, afetivas e legais. Além de tudo, tinha-se também a compreensão de que eram entidades biológicas, corpos sexuados e comandados por seus respectivos úteros e ovários. Todas essas concepções, juntamente à suposição de um desenvolvimento evolutivo inferior, as impediram de ocupar ambientes públicos e políticos. As mulheres também foram proibidas de receber a mesma educação que era oferecida aos homens.

Apesar do entusiasmo da autora ao descrever a vida de comunidades de vilas rurais, muitos contemporâneos não compartilhavam sua visão e revisores encararam suas obras como “amenas”. Como é apontado por Asha S. Kanwar (1988), Raymond Williams entende que a limitada visão social de Austen, diante da sociedade como um todo, limitou a autora a uma inadequada discriminação estrutural. Segundo o estudioso, o foco de Austen sempre é direcionado à tentativa de alcançar uma determinada classe social, portanto, ao se limitar somente a esse processo de conquista, automaticamente, a autora se torna incapaz de visualizar outras classes.

O período de publicação da autora, de 1811 a 1817, corresponde ao período de Regência, quando George IV tornou-se Príncipe Regente. A transição do Rei George III para seu filho, George IV, foi marcada por guerras que impactaram profundamente a Inglaterra enquanto nação, isto é, anteriormente à Revolução Francesa e logo depois da Revolução Industrial, que converteu o país em uma potência industrial urbana. Muitas questões políticas e espirituais podem ser encontradas nas obras de Austen, contudo, a autora não adotou uma postura defensora de tais sistemas e ideais, muito pelo contrário, ela propôs questionamentos em oposição a soluções. Sem mencionar o fato de que há, na verdade, uma distinção entre os cenários bucólicos dos romances de Austen e a real figuração desses na Inglaterra industrial dos séculos XVIII e XIX.

Entretanto, apesar de ter conquistado seu espaço no cânone literário inglês, a vida de Austen enquanto uma escritora mulher, que viveu no anonimato e conviveu com a falta de privacidade e tempo para concentração, foi árdua. A autora estava inserida em uma sociedade altamente patriarcal, que ditava e estabelecia normas extremamente restritivas para as mulheres. Virginia Woolf (1990), em seu ensaio *Um teto para todos*, publicado em 1929, discute a problematização e faz diversos questionamentos acerca do tema “mulheres e ficção”, diretamente ligado à dependência financeira que as impedia de querer traçar algo diferente para suas vidas, e como foco, a autora acentuou a vocação pela escrita. Woolf destaca o fato de que Jane Austen escreveu até o fim de sua vida em um contexto sufocante, pois não tinha uma sala de estudos separada para se dedicar, sem mencionar o motivo pelo qual ela escondia seus manuscritos ou cobria-os com um pedaço de papel absorvente.

Austen foi uma mulher que, no início dos anos de 1800, escreveu sem medo, ódio, amargura, protesto e pregação. Isso pode ser confirmado pela observação da autora de *Passeio ao farol*: “Se Jane Austen sofreu de alguma forma, foi definitivamente por conta de limitações

² No original “Women writers’ representations of women, Woman, the feminine, and female sexuality were also shaped by the unstable, contradictory and ‘uneven’ conceptualizations of feminine gender and female sexuality which proliferated in the male-controlled domains of the law, social analysis, medicine, science and the emerging field of psychoanalysis, in all of which Woman was constructed as a ‘relative creature’, who was defined through biological, affective and legal relationships to others”.

impostas à sua vida: uma mulher nunca podia sair sozinha, viajar ou até mesmo se dirigir à Londres – porém, talvez não estivesse na essência da autora almejar o que ela não podia ter”. (WOOLF, 1990, p. 74).

A autora solidificou seu afastamento de tais conceitos e ideias que a instituiu e que tinham como referência, uma sociedade patriarcal. Os escritores de sua época apresentavam personagens femininas fúteis e enfraquecidas. Para Austen, sua alienação da tradição patriarcal agressiva se originou de sua herança augustana, bem como de seu acordo com Mary Wollstonecraft de que esses autores ajudaram a “tornar as mulheres personagens mais artificiais e frágeis do que teriam sido de outra forma. (GILBERT; GUBAR, 1979, p. 136, tradução nossa).

Entretanto, a imposição da autora se manifesta por meio de sua arte e foi limitada pelos padrões do gênero romance de sua época. Apesar da tentativa de ocupar um ambiente seguro enquanto escritora, Jane Austen reconheceu sua inabilidade de permear ou até mesmo de se estabelecer em tal espaço, como é pontuado pelas autoras Sandra Gilbert e Susan Gubar:

Além de ver sua arte metaforicamente, como seus críticos também fariam, em relação às artes femininas severamente desvalorizadas até bem recentemente (pois pintar em marfim era tradicionalmente uma ocupação “feminina”), Austen tentou, por meio de limitações novelísticas auto-impostas, definir um lugar seguro, mesmo que ela parecesse admitir a impossibilidade de realmente habitar um espaço tão pequeno com algum grau de conforto.” (GILBERT; GUBAR, 1979, p. 129, tradução nossa)³.

Jane Austen foi contemporânea a poetas românticos como William Wordsworth, Lord Byron e Walter Scott, entretanto, estão presentes em suas obras as características provenientes da era neoclássica, mais especificamente do gênero literário conhecido como “comédia de costumes”, na qual elementos mais realistas e o uso mais preciso da ironia e da sátira se fazem presentes como formas de crítica diante de uma determinada sociedade de classe alta. Apesar de toda a sofisticação de suas personagens no que tange aos seus trajes e a toda elegância dos bailes de salão, Austen foi severamente agressiva com “pequenos atos de crueldade” e utilizou, a todo momento, o recurso da ironia para tecer suas críticas sociais por meio de suas protagonistas. Tendo como pano de fundo um olhar altamente crítico e satírico, Austen fez uso de uma urbanidade e bons modos que se constituem em uma sociedade. Todo o cenário descrito pela escritora em suas obras, tais como as visitas em casas, os bailes e passeios, são lugares em que as relações da obra se firmam, isto é, relações conflituosas em que a autora, na verdade, trata questões mais sérias: a condição feminina, o dinheiro e a posição social, entre outras.

Conforme Linda Hutcheon (1995), a ironia se caracteriza por ser um recurso de estereótipo plausível para uma contraposição diante de uma sistematização vista como absolutista, pois é o possível modelo de oposição sempre que alguém é implicado em um sistema que se considera opressor.

Em conformidade com Sandra Vasconcelos (2014), apesar de, postumamente, a família da autora querer transmitir a ideia de uma escritora doce e gentil, a leitura de suas obras transmite uma narradora que não deixa de “preencher” seus discursos com ironia no que diz respeito à civilização, às condutas e às convenções da época.

Segundo Edward Said (2011), Jane Austen se destaca por sua habilidade de escrever sobre o cotidiano de sua época, devido à sua alta consciência social. A autora nunca deixou de retratar suas visões e concepções pessoais, mesmo que inserida em uma sociedade altamente rigorosa e com poucos recursos a seu favor. Said ainda destaca a relevância do legado de Austen

³ No original: “Besides seeing her art metaphorically, as her critics would too, in relation to female arts severely devalued until quite recently (for painting on ivory was traditionally a “ladylike” occupation), Austen attempted through self-imposed novelistic limitations to define a secure place, even as she seemed to admit the impossibility of actually inhabiting such a small space with any degree of comfort”.

nos dias atuais e o seu valor para escritoras contemporâneas.

Jane Austen não renunciou ao seus momentos dedicados a críticas referentes às várias adversidades vigentes em sua época, como anteriormente foi apontado por Said, contudo, Genilda Azerêdo (2001) destaca uma crítica feita pelo poeta inglês Edward Fitzgerald à obra de Austen no que se refere à limitação de vivência da autora e ao reflexo dessa característica em sua escrita: “Edward Fitzgerald, por exemplo, disse uma vez sobre Jane Austen: “Ela é excelente no que diz respeito a ela: mas ela nunca sai do salão”. (AZERÊDO, 2001, p. 46, tradução nossa)⁴.

Maria Firmina dos Reis: autoria feminina no Brasil do século XIX

Maria Firmina dos Reis, nascida em São Luís do Maranhão, em 1822, ficou à margem da crítica literária brasileira enquanto escritora negra e bastarda que tratou de reproduzir as dificuldades e os sofrimentos vividos por minorias no Brasil oitocentista, tais como o racismo, a escravidão e a submissão vivida pelas mulheres. Permaneceu no esquecimento em sua terra de origem por mais de um século, apesar de hoje ser considerada a primeira romancista e poetisa do Maranhão e sustentar o título de “poeta dos escravizados”. Contudo, a despeito das conjunturas de ser mulher e negra, ainda se é questionado o motivo pelo qual alguns críticos literários omitiram suas obras dentro do panorama romântico nacional.

Em 1859, publicou *Úrsula*, assinado com o pseudônimo de "uma maranhense". O romance descreve a árdua trajetória para a concretização do amor entre dois jovens, Tancredo e Úrsula. Todavia, o grande diferencial presente na obra é o protagonismo dado aos personagens escravizados, Túlio e Susana. O romance foi ignorado por muitos anos e expôs o lugar do negro e da mulher na sociedade brasileira da época. É perceptível, logo no prólogo do livro, os indicativos a respeito da sociedade na qual estava inserida e como seria a possível reação do público já prevista pela escritora diante de um romance escrito por uma mulher.

Quando se discutem temáticas referentes a um dado grupo minoritário na contemporaneidade, é entendido que essas pessoas possuem, portanto, seus respectivos lugares de fala. O reconhecimento sobre o seu lugar de fala, isto é, a noção de que o seu pensamento era ignorado e desconsiderado durante o seu tempo também se faz reconhecível no prólogo de *Úrsula*:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p. 12).

Já em 1861, Maria Firmina escreveu outro romance, *Gupeva*, no qual abordou a questão indianista. A escritora se propôs a refletir sobre a Literatura Brasileira em um contexto pós-independência que alcançasse a construção de uma identidade nacional por meio da imagem do índio em uma tentativa de representação que se igualasse aos personagens europeus, dando-lhe instrução poética. Em 1871, dedicou o livro de poesias *Cantos à beira-mar* à memória de sua mãe.

A autora já publicava poesias, ensaios, histórias e quebra-cabeças em jornais e revistas locais, contudo, em 1887, meses antes da abolição, Maria Firmina publicou o conto *A Escrava*

⁴ No original “Edward Fitzgerald, for instance, once said of Jane Austen: “She is capital as far as she goes: but she never goes out of the Parlour”.

na Revista Maranhense, no qual retratou a história de uma integrante atuante da causa abolicionista. Posteriormente, o conto passou a ser visto como um contribuinte para a solidificação de uma literatura abolicionista.

A autora fora contemporânea de escritores como Gonçalves Dias (1823-1864), Aluísio Azevedo (1857-1913), José de Alencar (1829-1877), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) e Machado de Assis (1839-1908), o que acarretou o destaque do estado do Maranhão como um grande centro promotor de poesia, prosa e produção jornalística.

No entanto, por conta de uma política supressora e de sua posição enquanto escritora mulher negra fadada ao silenciamento dentro de uma sociedade patriarcal, Maria Firmina pioneiramente deu voz aos escravizados, abordou temáticas como a posição do negro na sociedade e a condição da mulher em um contexto de produção literária que só retratava as pessoas escravizadas como seres maltratados, submissos ou loucos.

A escrita de Firmina se configura também como uma Literatura de Testemunho que proporciona um espaço de voz aos incapacitados de se manifestar por razões políticas ou sociais. A Literatura de Testemunho abarca textos de autores que tiveram como objetivo primário o de relatar tanto o processo de marginalização quanto o de restrição social, no entanto, há também a tentativa de uma recuperação do continente africano por meio de uma reprodução de vozes, como é apontado por Muzart (2013):

Na literatura negra pioneira, uma literatura de testemunho, não há primordialmente preocupação com o estético. Por isso, muitos desses textos ficaram esquecidos e negligenciados, pois trazem em alto grau um tom de agravo pessoal frente às inúmeras injustiças que sofreram. São textos que traduzem uma experiência de marginalização e exclusão social e, ao estudá-los devemos ter sempre em mente essas razões profundas para não julgá-los pelo estilo, pela preocupação estética: são os textos primeiros, os desbravadores. (MUZART, 2013, p. 257).

Especialmente a partir da década de 1990, com o resgate de sua escrita por parte de estudiosos e pesquisadores, a obra da escritora maranhense ganhou destaque por abordar as problematizações raciais, por meio de um engajamento político e social que eram vigentes em um país que recentemente havia declarado sua independência de Portugal. Leda Martins (2007) indica o fato de que, quando se propõe a estudar questões relacionadas à Literatura Negra no âmbito histórico, momentos de opressões e silenciamentos se fazem presentes na história dos afro-descendentes no Brasil:

A produção literária dos afro-descendentes encontra nas últimas décadas uma atenção mais singularizada por parte de escritores e críticos que buscam mapear uma tradição negra vernacular no âmbito da Literatura Brasileira, sublinhando o diverso leque de matizes e linhagens que traduzem a afrodescendência, caligrafada na e pela letra literária. A expansão do olhar sobre textos, autores, temas, situações e experiências, de certa forma até então exilados da reflexão crítica, dos meios e circuitos de veiculação e de reconhecimento, distende nossa cartografia literária e desafia as redes discursivas formadoras de juízo e de opinião. (MARTINS, 2007, p. 56-57).

Temas como o futuro das pessoas escravizadas após o rompimento com o país colonizador e as adversidades presentes em um país que se reivindicava cristão, porém mantinha práticas escravocratas, eram presentes em suas obras por meio de uma escrita política que intercedeu pelo antiescravismo e estabeleceu uma visão diferente sobre as mulheres. Contudo, a autora usou a idealização amorosa, característica fundamental do Romantismo, como forma de camuflar suas reais críticas a respeito do patriarcalismo escravista vigorante no Império.

O Brasil do século XIX enfrentava uma série de transformações acarretadas pela independência da antiga colônia portuguesa. A instauração da Constituição Brasileira de 1824

definiu o governo como uma monarquia hereditária, o catolicismo como religião oficial do Brasil e a criação dos poderes: Executivo, exercido pelo governo; Legislativo, desempenhado por duas câmaras da Assembleia Geral (ou Parlamento), que tinha por objetivo criar leis e fiscalizar o Executivo; Judiciário, que, por sua vez, era independente do Executivo e do Legislativo e, por fim, o poder Moderador, hierarquicamente proeminente aos outros poderes do Estado pelo fato de ter sido reservado e privado ao Imperador.

Amigo íntimo de D. Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca foi encarregado pelos militares a conduzir o golpe que viria, posteriormente, a desconstituir a monarquia no Brasil. Diferentemente de outras monarquias que foram depostas, no Brasil, o Imperador era estimado pela população e, por essa razão, a queda da monarquia foi executada de forma discreta, apoiada somente pela elite cafeeira e pelos militares que assumiram o poder. Após a queda da monarquia e a instauração do sistema presidencialista inspirado nos ideais Iluministas que dominavam parte da Europa e dos Estados Unidos, foi executado, em plano nacional, uma nova consituição, inspirada em modelos de sucesso.

A Constituição de 1891 demarcou a mudança da forma de governo, de monarquia para a república, provocando diversas mudanças no campo da educação e a conseqüente preocupação acerca do futuro escolar dos filhos de trabalhadores livres, pobres e de pessoas que foram escravizadas, haja vista que a oportunidade de acesso à educação sempre foi restrita à elite.

Após grande pressão da Coroa Britânica para que a escravidão fosse abolida no Brasil e pelo fim do tráfico negreiro, que acabou resultando na Lei Eusébio de Queirós em 1850, a Câmara dos Deputados apresentou e aprovou, em 1871, a Lei do Ventre Livre, uma lei abolicionista que decretou que filhos de mães escravizadas nascidos a partir desta data estariam livres. Em 1885, uma segunda lei abolicionista fora homologada, a Lei dos Sexagenários, que determinou a libertação de escravos acima de 60 anos de idade.

O movimento abolicionista ganhara impulso a partir da década de 1870 por meio de muitas revoltas e fugas contra seus senhores, juntamente a uma pressão popular sobre o Império e, sendo assim, assinada pela Princesa Isabel em 1888, a abolição da escravatura promulgou a libertação de escravos no Brasil.

Enquanto professora primária, inserida em um contexto de ensino precário, Maria Firmina dos Reis se propôs a fazer a diferença por não concordar com as poucas condições de estudos que eram oferecidas às meninas e, particularmente, por não concordar com a educação freirática, que estabelecia uma diferenciação entre meninos e meninas, promovendo, por consequência, o destaque somente dos meninos.

A condição feminina no Brasil oitocentista era altamente restritiva e opressora, haja vista que as mulheres não podiam exercer funções e ocupar cargos públicos, o que, conseqüentemente, também impossibilitou que fossem capazes de conquistar suas respectivas independências financeiras. O ambiente doméstico como lugar de ocupação e os afazeres relacionados à casa enquanto metas estipuladas pelos homens da época eram imposições rotineiras estipuladas às mulheres. Muitas ficavam à deriva das decisões de pais, tios, irmãos e, no contexto das mulheres escravizadas, de seus senhores.

No que tange ao campo artístico, o espaço para criação e construção textual femininas era fortemente limitado e reprimido, uma vez a escrita pública era vista somente como um encargo masculino e a abordagem de temas como a escravidão e abolição era concedida somente a eles. Leda Martins, em seu ensaio *A fina lâmina da palavra* (2007), destaca como a literatura se transforma em um mecanismo utilizado por escritoras negras a fim de cessar a imagem depreciativa a respeito das próprias no âmbito cultural da Literatura Brasileira:

Ao determos nosso olhar sobre a produção literária de Esmeralda Ribeiro, Conceição Evaristo, Míriam Alves, Elisa Lucinda e Geni Guimarães, por exemplo, não nos é

difícil perceber que a letra ficcional e poética torna-se, em seus textos, um instrumento e um locus privilegiado para uma potente e persistente rasura, descontinuidade e desconstrução, tanto dos inumeráveis vícios de figuratização da persona negra feminina na literatura brasileira quanto de alçamento de uma voz alterna em relação ao racismo e sexismo que permeiam oblíquas práticas discursivas. Tanto a tradição literária quanto seus engenhos retóricos-ideológicos são revisitados pelas lentes dessas escritoras, que plissam os itinerários familiares do nosso cânone, nele imprimindo e espargindo uma certa disritmia e dissonância tonificantes. (MARTINS, 2007, p. 64).

Maria Firmina, por meio de sua escrita, introduziu um caráter transformador e progressista no cenário literário vigente de sua época: o de retratar a escravidão através da ótica do escravizado, o que, concomitantemente, a levou a assumir uma posição abolicionista e preservadora da memória afrodescendente.

Entretanto, diferentemente de outros modelos abolicionistas que transmitiram uma conotação pejorativa à imagem dos escravos, como sendo inimigos domésticos e que reiteraram o sentimento de medo no tocante a essa minoria, o arquétipo abolicionista adotado pela autora se igualou ao modelo que foi vigente nos Estados Unidos, onde a abolição foi vista como um valor cristão.

Cada aspecto encontrado nas obras da autora tem uma respectiva significância e os dois principais são: o silêncio dos negros e a morte, uma vez que ambos são interpretados como formas de resistência. O silêncio como forma de preservar as práticas religiosas e culturais sem a perseguição dos brancos e a morte como uma manifestação de luta até o fim pela legitimação de crenças.

Ao retratar a vida pelo olhar dos escravos, a autora os humanizou e dignificou, concedendo um lugar de fala para que pudessem articular seus respectivos sentimentos e pensamentos, além de romper com as normas impostas pela sociedade vigente sem a dependência do outro para assim o fazer. Daibert (2018) destaca a inteligência de Maria Firmina ao usar a religião católica a seu favor com o intuito de reivindicar a abolição:

Maria Firmina dos Reis inaugura não apenas um novo olhar em seu romance, partindo do ponto de vista do escravo, mas em sua obra há indícios de uma profunda questão existencial que, para ela, só poderia, na prática, ser resolvida pela vida da solidariedade. Apropriando-se do discurso religioso, como sua personagem não nomeada de seu conto, Firmina constrói seu próprio discurso afirmando a necessidade da redenção para um mundo que estava em desacordo. “Timidamente”, como convinha, mas sistematicamente, a maranhense apropriou-se dos meios de que dispunha para pregar certa tese que poderia convencer os ouvidos cristãos-católicos de sua época. Assim, sua maior sagacidade foi basear seu próprio clamor em favor da abolição na premissa católica e no discurso dominante da fraternidade, que poderia, quem sabe, por fim à sua grande questão existencial. (DAIBERT, 2018, p.347).

Maria Firmina dos Reis foi capaz de construir uma cultura política feminina no espaço literário através de sua arte como instrumento para uma possível renovação histórica. O destaque que é dado às vozes subordinadas tem por objetivo denunciar um sistema que rejeitou o negro como um ser pertencente da sociedade e o privou de direitos básicos.

Além disso, a autora obteve êxito ao reproduzir uma diferente imagem da mulher que se distanciava da visão da época, a da mulher que discutiu questões políticas em âmbitos públicos e tratou de reproduzir as vivências e os sofrimentos enquanto seres escravizados.

O contexto de produção literária das autoras

Entende-se por interseccionalidade, um termo originário do final da década de 1980 e cunhado pela estudiosa afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, como um conceito

sociológico que se atenta às múltiplas formas de opressão sofridas por minorias no tocante à raça, ao sexo e à classe em contextos históricos e dimensões sociais. Tais pessoas são enquadradas em conjunturas de maior vulnerabilidade, nomeada pela própria estudiosa, por meio de uma “opressão interseccional”.

Questionamentos e debates a respeito do tema “mulheres e ficção” surgiram com maior ênfase no século XIX. Anos mais tarde, Virginia Woolf (1990), em *Um teto todo seu*, deu início, por intermédio de argumentações de caráter feminista e questionamentos no que tange à produção literária de autoria feminina, a uma abordagem sobre a falta de valorização e de condições de trabalho para as mulheres no campo literário.

Diretamente conectado com tal alegação, Woolf declara: “Não se pode pensar bem, amar bem, dormir bem, quando não se jantou bem” (WOOLF, 1990, p. 25). A autora destaca o efeito que a pobreza tem na ficção e o motivo pelo qual as mulheres não conseguiam suas respectivas independências financeiras.

Jane Austen viveu em um contexto de produção extremamente sufocante, haja vista que a escritora não tinha um cômodo próprio para a produção de sua arte, tendo até mesmo que chegar a esconder seus manuscritos. Woolf ainda destaca, tendo como referência Jane Austen, as irmãs Brontë e George Eliot, apontando que tais mulheres, altamente criativas e reflexivas, ainda foram encaradas como amargas e agressivas:

Era uma pena que a mulher que sabia escrever assim, cuja mente estava sintonizada com a natureza e a reflexão, tivesse sido forçada à raiva e à amargura. Mas como ela poderia ter ajudado a si mesma? Eu perguntei, imaginando as zombarias e as risadas, a adulação dos bajuladores, o ceticismo do poeta profissional. Ela deve ter se trancado em uma sala no interior para escrever, e talvez tenha sido despedaçada pela amargura e escrúpulos, embora seu marido fosse o mais gentil, e sua vida de casado, perfeita. (WOOLF, 1990, p. 66).

Ao se referir à sua arte como “um pequeno pedaço (duas polegadas de largura) de marfim”, Austen expressa sua insegurança, em meio ao seu contexto social, de anunciar sua ocupação enquanto uma mulher escritora: “A analogia de Austen para sua arte – seu ‘pequeno pedaço (duas polegadas de largura) de marfim’ - sugere uma fragilidade que nos lembra do risco e da instabilidade fora do espaço ficcional.” (GILBERT; GUBAR, 1979, p. 129, tradução nossa)⁵.

No entanto, apesar de todas as adversidades correntes na vida escritora inglesa, Maria Firmina dos Reis, enquanto uma mulher negra, teve que lidar bravamente para lutar contra toda o desconhecimento e a indiferença com a sua pessoa. Dentre as várias possíveis formas de opressão destacadas, a raça foi uma categoria adicional na vida da escritora brasileira. Segundo Daibert (2020), as normas vigentes da sociedade patriarcal no Brasil do século XIX suscitaram ideias altamente racistas e encararam o negro como um ser causador de inconveniências e atrasos, ocasionando, dessa forma, uma supremacia:

O racismo estruturou-se como uma construção ideológica pautada na superioridade de uma classe sobre a outra: a inferiorização do negro adquiria um viés científico como justificativa, e tal argumento era encontrado até mesmo nos discursos abolicionistas que clamavam a integração do negro à sociedade, mas que propagavam histórias de terror com personagens negros sempre maldosos e cruéis. Isso acabava por povoar o imaginário da população e fazer da figura do negro algo que não se assemelhava ao humano, reforçando estereótipos e disseminando medo entre os brancos. (DAIBERT, 2020, p. 83).

⁵ No original “Austen’s analogy for her art—her “little bit (two inches wide) of Ivory”—suggests a fragility that reminds us of the risk and instability outside the fictional space”.

No entanto, apesar de todas as dificuldades que se fizeram presentes na vida da autora brasileira, Maria Firmina dos Reis foi uma mulher de origem humilde, escolarizada em casa e com pouco acesso ao mundo literário, porém foi capaz de transformar o rumo de sua vida, fomentada por muita resiliência. A autora se tornou professora de primeiras letras no período entre 1847 a 1881, foi a escritora pioneira de um romance, *Úrsula*, em 1859, publicado em uma das principais tipografias da capital, e de um romance indianista, *Gupeva*, em 1861. Diferentemente da família da escritora inglesa Jane Austen, que ostentou uma vasta gama de relações sociais consolidadas, a família da escritora brasileira era humilde e oriunda do interior.

O contexto de produção literária de Maria Firmina dos Reis não lhe proveu perspectiva alguma para que essa mulher negra, bastarda e de família de poucas posses, designada ao sufocamento por uma sociedade patriarcal, viesse a se tornar uma escritora. Apesar da influência de diversas tradições literárias europeizadas, que eram completamente diferentes da real situação do Brasil no século XIX, e da ascensão de grupos literários românticos, a literata brasileira não deixou de retratar o negro em sua literatura, porém sob uma nova ótica.

Considerações finais

Jane Austen e Maria Firmina dos Reis, em seus respectivos romances *Emma* e *Úrsula*, demonstram, por intervenção de suas protagonistas e seus enredos, pontos de vista pessoais, através de vieses feministas e críticas a respeito das sociedades nas quais estavam imersas. Ambas as autoras, ao retratarem questões de caráter ordinário e recorrente em suas sociedades, evidenciam também a intenção de fazer com que os leitores de suas obras se tornassem cientes de todas as injustiças que eram acometidas a determinadas minorias.

Jane Austen declarou, após a publicação de *Emma*, sua última composição publicada em vida, que ninguém iria gostar da protagonista a não ser ela própria. É notável que tal declaração aponta a real intenção da escritora inglesa ao utilizar sua escrita, ainda que indiretamente e cheia de ironias, de pontuar e criticar as condições vividas pelas mulheres na sociedade patriarcal de seu tempo.

Já Maria Firmina dos Reis inovou e rompeu os padrões impostos aos personagens negros de sua época, em outras palavras, ao idealizar os personagens negros e escravizados, a autora brasileira optou por dar voz a eles com o intuito de remover a invisibilidade a eles associada. Além de conceber um lado mais humano, a autora também foi capaz de desenvolver outros enredos que não se relacionassem única e exclusivamente ao tema da escravidão.

A escritora também teve por objetivo criar personagens negros e escravizados que estivessem cientes do passado histórico de seus ancestrais e conscientes de sua própria cultura, como é manifestado por meio da personagem Suzana, que não se cala diante da exploração e humilhação. Um outro exemplo de um personagem resiliente diante de todas as dificuldades apresentadas é Túlio, ao encarar bravamente o tio de *Úrsula*, que decide atormentá-la constantemente.

Portanto, mediante a uma breve análise dos romances das autoras analisadas nesta presente seção, *Emma* e *Úrsula*, é possível observar que ambas as escritoras adotaram uma postura de observação diante de todos os acontecimentos de seus tempos e os converteram em arte, para que, através dela, fossem capazes de articular todos os julgamentos e pontuações que tinham, mas que não eram capazes de verbalizar por diversos fatores já previamente pontuados.

Gender and race: The context of female authorship production of Jane Austen and Maria Firmina dos Reis

ABSTRACT: This article aims to analyze how the prevailing adversities both in the life of the writer Jane Austen, one of the greatest precursor novelists of English literature in the 19th century, and in the life of Maria Firmina

dos Reis, a pioneer in the publication of a novel in Brazil, are present in the literature of both. It is intended to observe how certain obstacles promoted feminist and anti-racist mobilizations in their relevant productions. Inquiries and arguments grounded by Virginia Woolf regarding the conditions of literary production by female authors will be used.

Keywords: Jane Austen. Maria Firmina dos Reis. Literature of Female Authorship.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AUSTEN, Jane. *Emma*. New York: Penguin, 2003.

AZERÊDO, Genilda. Irony in literary and cultural theory. In: AZERÊDO, Genilda. *From page to screen: a study of irony in adaptations of Jane Austen's Emma*. 2001. 230 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 13-45.

AZERÊDO, Genilda. Reading (in) detail: irony in Jane Austen's Emma. In: AZERÊDO, Genilda. *From page to screen: a study of irony in adaptations of Jane Austen's Emma*. 2001. 230 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 46-105.

BAKER, William. *Critical companion to Jane Austen: a literary reference to her life and work*. New York: Facts on File, 2008.

BEZERRIL, Aurelia; INGRED, Benigna. “Eu mesma. Ainda posso falar”: vozes femininas e cultura política na literatura de Maria Firmina dos Reis. *Mosaico*, v. 13, n. 20, 2021.

DAIBERT, Bárbara I. R. Simões. Remexendo arquivos: abolição e existencialismo em Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia Barbosa et al. (orgs.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 329-348.

DAIBERT, Bárbara Inês Ribeiro Simões. Memórias apagadas: o abolicionismo e a voz-liberdade de Maria Firmina dos Reis no século XIX. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 16, n. 2, jun. 2020.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. New Haven: Yale University, 2000.

HUTCHEON, Linda. *Irony's edge: the theory and politics of irony*. London, New York: Routledge, 1995.

KANWAR, Asha S. Raymond Williams and the English novel. *Social Scientist*, v. 16, n. 5, p. 46–58, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3517297>. Acesso em: 15 set. 2021.

MARTINS, Leda. A fina lâmina da palavra. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 15, p. 55-84, 2007.

MENDES, A. de M. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 261-275, 2013.

PYKETT, Linn. Women writing woman: nineteenth-century representations of gender and sexuality. In: SHATTOCK, Joanne. *Women and literature in Britain 1800-1900*. Cambridge: Cambridge University, 2001. p. 78-98.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SOUZA, Camila Rafaela Pereira de. Jane Austen em contexto. In: SOUZA, Camila Rafaela Pereira de. *Jane Austen e a história: um olhar sobre a relação entre mulheres, espaços e classe em Razão e Sensibilidade e Emma (1811-1815)*. 2020. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. p. 37-95.

SOUZA, Camila Rafaela Pereira de. “A diferença de destino entre as mulheres”: espaço, classe e gênero. In: SOUZA, Camila Rafaela Pereira de. *Jane Austen e a história: um olhar sobre a relação entre mulheres, espaços e classe em Razão e Sensibilidade e Emma (1811-1815)*. 2020. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. p. 148-192.

TODD, Jane. Emma. In: TODD, Jane. *The Cambridge introduction to Jane Austen*. Cambridge: Cambridge University, 2015. p. 94-113.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira . O gume da ironia em Machado de Assis e Jane Austen. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 7, n. 14, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/BkykqTQjwNsQgpLbfs985cc/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2022.

VRBATA, Sidinea Almeida Pedreira. *Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil*. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Data de submissão: 18/05/2022

Data de aceite: 08/08/2022